

TERMO DE CONVÊNIO

Termo de convênio para a cessão de **ESTAGIÁRIO DE DIREITO**, lavrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO** e a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, representada pela **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, em caráter **GRATUITO**.

Por este instrumento, em que figura de um lado como **CESSIONÁRIO** o Egrégio **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**, representado pela MM. Juíza de Direito da Vara das Execuções Fiscais Municipais da Comarca da Capital, Dra. Carolina Bertholazzi, portadora do RG nº 22.███.███-5, e do CPF nº ███.███.198-01 e de outro, como **CEDENTE**, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, neste ato representada pela Procuradora-Geral do Município em exercício, a Sra. Rachel Mendes Freire de Oliveira, portadora do RG nº 30.███.███-9 e do CPF nº 217.███.███-13, com fulcro no artigo 184 da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 62.100/2022 e nos arts. 19, IX e 29, XXVIII do Decreto Municipal nº 57.263/2016, firmam o presente instrumento de convênio, visando à cessão de estagiários de direito para prestarem serviços junto ao Órgão **CESSIONÁRIO**, o que fazem sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. - Convênio para a cessão de estagiários de direito para prestarem serviços junto ao **CESSIONÁRIO**, **sem ônus**, que serão designados

exclusivamente para a Vara das Execuções Fiscais Municipais a que pertencer o Município de São Paulo, com a finalidade de possibilitar, ao estagiário, complementação e aperfeiçoamento prático de seu curso.

1.1.1. - A cessão de estagiários a que trata o item anterior deverá recair somente aos estagiários lotados em FISC-7 do Departamento Fiscal da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, CEDIDOS pela Prefeitura mediante convênio com Instituições de Ensino, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS DE DIREITO, DO INÍCIO DO EXERCÍCIO, DA CARGA HORÁRIA E DA AUSÊNCIA.

2.1. - A designação dos estagiários de direito será precedida das seguintes cautelas:

2.1.1. - O CEDENTE expedirá ofício ao CESSIONÁRIO encaminhando a relação dos estagiários cedidos, conforme definido no Ofício nº 023/2022-Dir – VEFM, consignando, ainda, que os estagiários de direito foram **CEDIDOS** pela Prefeitura através de convênio com as Instituições de Ensino, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.

2.1.2. - O CESSIONÁRIO, com base na relação, emitirá as certidões cíveis e criminais dos estagiários de direito para preliminar análise submetendo-a à homologação da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, informando nessa oportunidade que os cedidos também preenchem os requisitos do Provimento nº 777/2002 ou qualquer outro regulamento.

2.1.3 – A partir da homologação do presente convênio, o início do exercício junto à Unidade Judicial somente ocorrerá a partir da data da homologação do ofício mencionado no subitem anterior.

2.2. - A jornada de trabalho dos estagiários será de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

2.2.1. - O horário de trabalho de estagiário será o mesmo pactuado junto à instituição promotora do estágio junto à CEDENTE e deverá ocorrer no horário de funcionamento da Unidade em que irá estagiar.

2.2.2. - A frequência dos estagiários de direito cedidos será controlada pela Unidade na qual estiver lotado e será mensalmente remetida à Prefeitura, arquivando-se na Serventia Judicial cópia dela para simples controle e comunicação de eventuais irregularidades cometidas.

2.3. - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

2.4 - As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente com a frequência dos estagiários de direito, assim como as ausências, recesso, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência.

2.4.1. - As faltas de caráter disciplinar, após formalmente constatada pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum, serão imediatamente comunicadas à CEDENTE para as providências cabíveis.

2.5. - É facultada a substituição ou a devolução do estagiário de direito, mediante prévia comunicação.

2.5.1. - Aplicam-se, para os casos de substituição, as cautelas constantes dos subitens 2.1.1 e 2.1.2.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

3.1. - Zelar pela observância da jornada de trabalho dos estagiários de direito, prevista na cláusula 2.2.

3.2. - Estar ciente de que o estagiário de direito cedido **não** poderá executar serviços ou praticar atos que demandem fé pública.

3.3.- Cumprir rigorosamente o disposto no subitem 2.4.

3.4. - Estar ciente de que a CEDENTE, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do estagiário de direito, segundo seu alvedrio.

3.5. - O CESSIONÁRIO não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do estagiário de direito para posto de trabalho que não seja a Vara das Execuções Fiscais Municipais a que pertencer o Município de São Paulo.

3.6. - Promover os esclarecimentos que porventura vierem a ser solicitados pela CEDENTE.

3.7. - Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelo estagiário de direito cedido estejam de conformidade com o disposto neste convênio.

3.8. - Expedir certidão de conclusão de estágio, contendo o período e carga horária cumprida pelo (a) estagiário (a).

3.8.1. - O estagiário será orientado e supervisionado pelo responsável pela Unidade Judicial, onde irá estagiar.

3.8.2. - O supervisor deverá entregar ao estagiário, por ocasião do desligamento, termo resumido das atividades desenvolvidas, período e avaliação de desempenho, para o estagiário entregar à instituição de ensino.

3.8.3. - O supervisor deverá manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a realização do estágio e deverá enviar à instituição de ensino através do CEDENTE, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

3.9. - Comunicar, com antecedência de 30 (trinta) dias, o seu interesse em promover a substituição do estagiário de direito cedido.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA

CEDENTE

4.1. - Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade os pagamentos de todas as despesas com remunerações e, ainda, a contratação, em favor do estagiário, de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado.

4.2. - Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo estagiário de direito cedido, independentemente de dolo ou culpa.

4.3. - Certificar-se de que os estagiários de direito cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos do CESSIONÁRIO, sem exceção.

4.4. - Quando da emissão da relação dos estagiários de direito a serem cedidos, informar que eles não possuem cônjuges, companheiro (a), parentes em linha reta e colateral até 3º grau prestando serviços na Comarca do município na qualidade de funcionários do Poder Judiciário.

4.5 – Acolher ou justificar, em 30 (trinta) dias, a comunicação do CESSIONÁRIO para os fins do subitem 3.9 da cláusula anterior.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. - O prazo de vigência do presente termo de convênio é de 1 (um) ano, a partir da data de homologação, ou até o encerramento do projeto de saneamento descrito no Ofício nº 023/2022-Dir – VEFM (o que ocorrer primeiro).

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. - Este termo de convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes nele envolvidas, mediante comunicação escrita do interessado com antecedência mínima de trinta (30) dias.

6.2. - Considerar-se-á antecipadamente rescindido este termo no caso de descumprimento injustificado de quaisquer de suas cláusulas, oportunidade na qual os estagiários de direito deverão ser devolvidos, após prévio ajuste, à CEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO

7.1. - O estagiário de direito cedido pela Prefeitura deverá, obrigatoriamente, assinar o Termo de Responsabilidade e Sigilo, em face do estabelecido pelas normas de Política de Segurança da Informação do Tribunal de Justiça.

7.2. - A não concordância com o Termo de Responsabilidade e Sigilo e sua não assinatura constituem motivo impeditivo de que o estagiário de direito cedido preste serviços nas unidades judiciárias.

CLÁUSULA OITAVA – DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS EM CADA UNIDADE JUDICIAL

8.1. - O número máximo de estagiários de direito a ser cedido é de 20 (vinte).

CLÁUSULA NONA – DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO DE DIREITO

9.1. - São atribuições do estagiário de direito:

- a) auxiliar no levantamento de dados e/ou conteúdo doutrinário jurisprudencial;
- b) auxiliar no atendimento aos advogados e público em geral;
- c) prestar assessoramento aos julgamentos designados;
- d) auxiliar nos despachos diários, inclusive realizando pesquisas de jurisprudência e doutrina;
- e) auxiliar no encaminhamento das medidas de urgência ao cartório judicial ou qualquer setor competente;
- f) executar outras atividades compatíveis com o estágio mediante prévia autorização do Magistrado e Supervisor de Estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. - Fica eleito, desde já, o Foro da Comarca da Capital, com renúncia expressa de qualquer outro Juízo, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente instrumento.

Nada mais. Lido e achado conforme pelas partes, perante as testemunhas, lavrou-se este instrumento de convênio para a cessão de estagiários de direito, em três (03) vias, por todos assinado, visto que foram atendidas as formalidades legais.


São Paulo, 06 de novembro de 2024.

CAROLINA

BRITOLAZ24[REDACTED]01

Assinado de forma digital por
CAROLINA BRITOLAZ24[REDACTED]01
Dados: 2024.11.21 15:54 -03'00'

JUÍZA DE DIREITO DA VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS
MUNICIPAIS DA COMARCA DA CAPITAL

Documento assinado digitalmente
 RACHEL MENDES FREIRE DE OLIVEIRA
Data: 12/12/2024 16:02:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RACHEL MENDES
FREIRE DE
OLIVEIRA:217[REDACTED]13

Assinado de forma digital por
RACHEL MENDES FREIRE DE
OLIVEIRA:217[REDACTED]13
Dados: 2024.11.14 16:47:21 -03'00'


PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Em Exercício

Testemunhas:

NOME Vinicius Gomes dos Santos

R.G. 26.[REDACTED]-3


ASSINATURA _____

Documento assinado digitalmente
 VINICIUS GOMES DOS SANTOS
Data: 19/11/2024 18:08:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NOME Gabriel Silvestre Goitia Garcia

RG. 43.[REDACTED]-2

ASSINATURA _____

Documento assinado digitalmente
 GABRIEL SILVESTRE GOITIA GARCIA
Data: 21/11/2024 13:55:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PLANO DE TRABALHO

O presente Plano de Trabalho descreve as ações de suporte e operacionalização oferecidas pela Procuradoria Geral do Município - PGM à Vara das Execuções Fiscais Municipais do Tribunal de Justiça do Estado de São, em parceria firmada entre esses órgãos públicos.

A operacionalização desta parceria, no âmbito da PGM será realizada por meio do Departamento Fiscal com a cessão de estagiários de direito para prestarem serviços nas Varas das Execuções Fiscais Municipais a que pertencer o Município de São Paulo, com a finalidade de possibilitar, ao estagiário, complementação e aperfeiçoamento prático de seu curso.

I – Objetivo e Meta do Projeto

Auxiliar os servidores do cessionário na execução da força tarefa criada pela E. Corregedoria Geral de Justiça, referida no Ofício nº 023/2022-Dir, dirigido pelo MM. Juiz de Direito Corregedor da Vara das Execuções Fiscais Municipais, voltada ao processamento de expedientes administrativos para levar a efeito a extinção de milhares de feitos executivos fiscais solicitada pelo Município de São Paulo, por meio do Departamento Fiscal da Procuradoria Geral do Município.

II - Detalhamento das ações a serem desenvolvidas para o cumprimento das metas

- O Departamento Fiscal da Procuradoria Geral do Município, em conjunto com a Vara das Execuções Fiscais Municipais, promoverá, sem custo para as partes, a capacitação necessária à equipe de estagiários cedidos para a execução de suas atividades;

- Os estagiários cedidos desenvolverão as seguintes atividades nas dependências do Cessionário:

- a) auxiliar no levantamento de dados necessários para execução da força tarefa criada pela E. CGJ referida no Ofício nº 023/2022-Dir.;
- b) auxiliar no encaminhamento das medidas necessárias para a triagem e retirada de processos físicos para incineração;
- c) Executar outras atividades compatíveis com o estágio mediante prévia autorização do Magistrado e Supervisor de Estágio.

III - Previsão do prazo para execução do objeto:

- **Início:** Setembro de 2024
- **Previsão de término:** Agosto de 2025.